

# Dom João – Príncipe Regente e Rei – um soberano e muitas controvérsias

**Ismênia de Lima Martins**

*Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e Coordenadora do Repertório Joanino da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.*

## RESUMO

Pode-se dizer que Dom João enfrentou uma série de dificuldades na vida familiar e sucessivas turbulências na esfera política. Se existe a concordância de todos os autores, que se basearam no depoimento daqueles que o conheceram de perto, quanto à sua bondade e afabilidade, todo o resto é controvérsia. Enquanto uns apontavam sua visão de estadista, outros consideravam-no inteiramente covarde e despreparado para governar. De qualquer maneira, Dom João VI marcou de forma indelével a história luso-brasileira, fato que repercute até o presente, através de uma historiografia, que insiste em julgar o Rei, desprezando as transformações contínuas, que a disciplina experimentou ao longo do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1808, Dom João VI, Historiografia

## ABSTRACT

You could say that D. João faced a number of difficulties in family life and subsequent turmoil in the political sphere. If there is agreement by all authors, who relied on the testimony of those who knew him closely, as to its goodness and kindness, all the rest is controversial. While some pointed to his vision of a statesman, others considered him a coward and wholly unprepared to govern. Anyway, D. João VI left its indelible mark Luso-Brazilian history, a fact that resonates to the present, through a historiography that insists on judging the King, ignoring the continuous transformations, which experienced over the course of the twentieth century.

**KEYWORDS:** 1808, D. João VI, Historiography

Pode-se dizer que Dom João enfrentou uma série de dificuldades na vida familiar e sucessivas turbulências na esfera política. Tornou-se príncipe herdeiro, após a morte de seu irmão, e regente, após a loucura de sua mãe. Vivenciou um casamento cheio de consequências no plano pessoal e político, tendo sido alvo de uma série de conspirações que envolviam sua mulher. Durante o seu governo, ocorreu a invasão de Portugal pela França, a vinda da Corte para o Brasil, a necessidade de prover a administração do Reino, a exigência de equilibrar seus interesses no forte jogo diplomático e conviver com a instauração de uma nova ordem política.

A trajetória pessoal do monarca, acrescida de inúmeras histórias relativas à sua vida familiar, serve a muitas interpretações.

Se existe a concordância de todos os autores, que se basearam no depoimento daqueles que o conheceram de perto, quanto à sua bondade e afabilidade, todo o resto é controvérsia. Enquanto uns apontavam sua visão de estadista, outros consideravam-no inteiramente covarde e despreparado para governar.

De tal forma, são contraditórias as interpretações sobre Dom João e o seu governo que, por ocasião das grandes comemorações dos 500 anos do Achamento do Brasil, enquanto o Comissário-Geral para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Joaquim Romero Magalhães, justificava a escolha do real personagem como figura emblemática dos festejos, na apresentação do luxuoso livro-catálogo, o ensaio biográfico, de autoria de renomado historiador português, constante do mesmo volume, concluía: (...) *não o condenemos, nem o reabilitemos. Lástimemo-lo, somente*<sup>1</sup>.

O grande destaque para Dom João na história luso-brasileira reside no fato de ter sido o agente fundamental de uma audaciosa manobra política, que enfrentou a hegemonia napoleônica e resguardou a coroa portuguesa das humilhações sofridas por outras monarquias europeias. Também garantiu a integridade do território ultramarino português, mantendo-se na plenitude de seus direitos, com a transmigração da Corte.

Instalando no Brasil a primeira monarquia do Novo Mundo, livrou a colônia dos antigos grilhões que a sufocavam, propiciando uma série de transformações políticas e econômicas, que culminaram com sua elevação a Reino Unido.

O mesmo episódio, porém, serve aos críticos para qualificá-lo como timorato, apoiando-se na sua resistência para tomar uma decisão quanto à transferência da Corte. Outro grupo de seus críticos considera-o covarde por ter abandonado Portugal.

Não se pode deixar, porém, de dar destaque à complexidade de sua importante decisão, geralmente, não considerada pelos que classificam o rei de covarde.

## UMA IDEIA MUITO ANTIGA

Remontam ao século XVIII as primeiras propostas sistematizadas sobre a transferência da Corte para o Brasil.

O Padre Antônio Vieira, no século anterior, foi o primeiro a vislumbrá-la, ainda que sem a fundamentação e a justificativa política, que, mais tarde, lhe confeririam o poder e a riqueza do Brasil.

Já Dom Luís da Cunha (1662-1749), nas suas *Instruções Políticas* – dirigidas a um discípulo e a um sobrinho<sup>2</sup> –, que começou a escrever em 1736, logo, uma obra de sua maturidade, além de justificar sua proposta, elencou medidas e aconselhamentos necessários à sua viabilização<sup>3</sup>.

O projeto estruturante, que propunha para o Reino, tinha o Brasil na posição central de suas reflexões e argumentos, dos quais o mais expressivo era o de que

*(...) na América faltam muitas coisas que crescem na Europa, e é constante que também na Europa faltam muitas e mais preciosas das que crescem na América, com esta grande diferença, que as que não há no Brasil, se podem vir a ter com a indústria e aplicação; porém não há aplicação nem indústria bastante para produzir em Portugal o que há no Brasil (...)*<sup>4</sup>.

No último quartel do século XVIII, tais ideias circularam nas academias e nos debates políticos, principalmente entre os ilustrados que se preocupavam com o progresso do Brasil e do Império português.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho, cuja família tinha antigas ligações com o Brasil, vai ser o principal formulador do projeto relativo à transferência da Corte para o Brasil, na conjuntura imediatamente anterior à sua concretização, em 1808.

Em 1796, diante da gravidade da situação de Portugal na Europa, o Príncipe Dom João reativou o Conselho de Estado e Dom

<sup>1</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. "Dom João VI", in *Dom João VI e o seu tempo*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1999..

<sup>2</sup> COUTINHO, Marco Antonio de Azevedo e MANUEL, D. Luís da Cunha, respectivamente.

<sup>3</sup> Sobre as *Instruções Políticas*, ver o ensaio de SILVA, Abílio Diniz, op.cit., p. 18-170.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 367.

Rodrigo foi convidado para ocupar o Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos. O novo ministro, ultrapassando a esfera de suas competências, elaborou um programa de reformas para o Reino, com grande realce para o Brasil.

No entanto, seria no Conselho de Estado que Dom Rodrigo exortaria Dom João para que preparasse a defesa de Portugal contra a pressão francesa, desafiando-o, desde 1797, a *fundar o mais vasto Império no Brasil*<sup>5</sup>. Em 9 novembro de 1798, foi mais incisivo em suas análises, relativas à defesa de Portugal:

*(...) defender com as armas na mão a sua Independência, a sua Soberania, os seus Domínios, tudo o que há de mais essencial... E concluía que: (...) e se forçado por uma adversa Sorte (...) de ceder por algum momento as suas possessões européias aos inimigos da Religião e dos Governos, que deve ir fundar no Brasil um Império muito superior em grandeza e força a todos os que hoje existem na Europa (grifos meus)*<sup>6</sup>.

Desde então, de forma recorrente, a proposição ressurgia no Conselho de Estado e, já no final do verão de 1807, Dom João de Almeida de Mello e Castro, considerando o agravamento da situação de Portugal, pronunciava-se sobre a necessidade de agilizar os preparativos da viagem, chegando a propor que se embalasse o Real Tesouro e também alguns dos arquivos de organismos da administração pública<sup>7</sup>.

## A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA O BRASIL

Apesar das eloquentes evidências documentais, pensando o Brasil como possível sede do Reino português, já relatadas, é na conjuntura específica que antecede a vinda da Família Real, particularmente o ano de 1807, marcada pelo agravamento da pressão externa e da ameaça de invasão militar,

que se justificaria plenamente a decisão da transferência da Corte.

Pensar a vinda da Corte para o Brasil simplesmente como uma fuga é uma questão inteiramente superada para os historiadores. A cogitação, anterior a 1808, do Brasil como sede da Monarquia, mas, sobretudo, o projeto de Dom Rodrigo, os pronunciamentos de vários membros do Conselho de Estado na mesma direção, as sugestões objetivas encaminhadas e as evidências de gestões administrativas no sentido de viabilizá-las, além da documentação diplomática, constituem-se em dados inquestionáveis quanto ao planejamento da viagem.

Apenas os registros relativos ao tumulto da partida poderiam, ainda, sustentar aquela interpretação. No entanto, todos os outros argumentos, relacionados acima, apontam no sentido de uma saída estratégica.

Outras análises designam a vinda da Corte para o Brasil como transmigração ou transferência, constituindo-se estas proposições como as preferidas pelos autores brasileiros. Considerando-se o sentido de transmigrar como mudar de uma região para outra dentro de um mesmo país, compreende-se tal preferência, pois coloca o Brasil no mesmo nível de Portugal, libertando-o da inferioridade gerada pela situação colonial e alçando-o à condição de sede da Corte. O sentido de transferência como o simples ato ou efeito de transferir de um lugar para o outro apenas reforça esta interpretação.

## ORFANDADE E ABANDONO

Não pode, também, ser esquecido, nesta análise, o sentimento que a saída do rei produziu na população.

A concepção da realeza sagrada e maravilhosa, vigente na Idade Média, fundamentava-se em uma série de crenças, lendas e ritos, que tenderiam a desaparecer, ao menos teoricamente, com o desenvolvimento das bases racionais da ordem política no Ocidente. Porém, mesmo após Descartes,

<sup>5</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Negócios de Portugal, caixa 714, n. 9.

<sup>6</sup> Idem, caixa 713, n. XI.

<sup>7</sup> MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos*. Ministério da Cultura. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais, 2007, p. 19.

Galileu, Locke, Newton e a revolução científica que promoveram, manteve-se, por exemplo, a crença na existência de um elo direto entre a divindade e a monarquia, o que representava uma forma de sobrevivência daquele pensamento no campo político<sup>8</sup>. No absolutismo, os reis ainda tomavam o lugar de Deus, eram as suas imagens vivas e considerados verdadeiros representantes da majestade divina.

No quadro europeu do último quartel do século XVIII, o absolutismo apresentava-se como uma ordem política francamente contestada, mas Dom João VI sobreviveu como monarca absoluto até 1821.

Assim, a figura do rei, como pai e protetor, era introjetada em boa parte da população e a vinda do rei para o Brasil, a par da ameaça da invasão francesa, provocava uma profunda sensação de orfandade e abandono.

## AS REPRESENTAÇÕES DO EMBARQUE REAL

Para Maquiavel, governar era fazer crer. É verdade que a propaganda, como se compreende hoje, é um conceito muito moderno. No entanto, o poder real mantinha uma forma de atuação perfeitamente adequada a tal termo<sup>9</sup>.

Assim, as representações do rei eram encomendadas para aumentar a sua glória, para transmitir segurança e estabilidade. Entre as mais importantes representações inanimadas do rei, estavam os retratos e outras formas iconográficas, sobretudo, porque revelavam as diversas intenções de seus autores<sup>10</sup>.

É interessantíssimo comparar os registros do episódio do embarque de Dom João por autores diferentes, como, por exemplo, a gravura de Francesco Bartolozzi, intitulada *A Partida do Príncipe Regente*<sup>11</sup>, (ver Fig.1) baseada em um desenho de Henry L'Évêque, e a gravura



Fig.1 – BARTOLOZZI, Francesco. Departure of his R.H. the Prince Regent of Portugal for the Brazils. The 27 th. nov. 1807 engraved by F. Bartolozzi; drawn by Henry L'Eveque. 1 gravura : água-forte, p&b ; imagem 32,5 x 51cm em f. 38,5 x 53,5cm. Momento do embarque do Príncipe Regente para o Brasil. E:b:II . BN.



Fig.2 – Despedida do Príncipe Regente. Xavier, Luiz António 1807. Gravura. 49X60cm. Lisboa, MC. Publicados in D. João VI e seu tempo/ Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa. Gráfica Maia Douro, 1999. (p.284).

de Luiz Antonio Xavier, chamada *Despedida do Príncipe Regente*<sup>12</sup>. (ver Fig.2)

Os elementos de comparação que se impõem são eloquentes, confirmando que os autores imprimiram às suas obras sen-

<sup>8</sup> SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense, S.A., 1988, p. 41.

<sup>9</sup> SORIA, José Nieto, op. cit., p. 41, e BURKE, Peter, op. cit., pp. 15 e 16.

<sup>10</sup> BURKE, op. cit., pp. 16 e 20 e SORIA, José Nieto, op.cit., pp. 44 e 45.

<sup>11</sup> BARTOLOZZI, Francesco. *Departure of his R. H. the Prince Regent of Portugal for the Brazil*. The 27th. nov. 1807, engraved by F. Bartolozzi; drawn by Henry L'Eveque. Uma gravura. E: b: II, BN.

<sup>12</sup> Despedida do Príncipe Regente. Xavier, Luiz António 1807. Gravura. 49x60cm. Lisboa, MC. Publicada in *D. João VI e seu tempo*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Gráfica Maia Douro, 1999, p. 284.

tidos muito distintos<sup>13</sup>. O próprio título das duas gravuras já enseja uma comparação, uma vez que *A Despedida* tem um sentido de sociabilidade prevista, enquanto *A Partida* transmite a ideia de ruptura.

Quanto à concepção geral, ainda que os elementos constitutivos da cena sejam, praticamente, os mesmos em ambas, a registrada na primeira gravura reveste-se de dramaticidade e a segunda é dominada pela organização de seus elementos, despida de qualquer conotação de tumulto, rebuliço, que domina o quadro anterior.

No que diz respeito ao personagem real, a imagem de Bartolozzi representa o soberano como uma figura roliça e de estatura normal; na do autor português, Dom João aparece com o corpo mais proporcionado e elegante, destacando-se por ser o personagem mais alto da cena. Além disso, enquanto na primeira imagem a figura mais próxima de Dom João esboça uma meia reverência e veem-se ao longe duas embarcações pequeninas, na segunda, o súdito está de joelhos e aparece, ao fundo, com destaque, uma grande frota.

Pode-se concluir que a segunda imagem examinada, organizando e dispondo harmonicamente todos os elementos em torno do rei, revela a intenção de registrar a despedida de uma viagem planejada.

A iconografia do período apresenta vários registros em relação ao episódio da vinda da Corte para o Brasil. Destaca-se uma série de alegorias produzidas por artistas de prestígio, que, de forma metafórica, louvavam o rei ou justificavam sua partida, trazendo à cena musas para o elogio de suas virtudes, ou, particularmente, a Providência, na forma de uma linda mulher, apontando-lhe o Atlântico numa referência ao Brasil<sup>14</sup>.

Dentre elas, merece citação especial a que apresenta<sup>15</sup>, no centro de um dramático desenho representativo da crítica situação

vivida por Portugal, o busto do príncipe sob um pedestal imponente, ladeado pela Providência e pela Justiça, tendo à sua frente, de joelhos, a representação da guerra. Os outros elementos metafóricos de destaque são a *Deusa* e o *Livro da Sabedoria*, que irrompem com grande luminosidade do interior de cúmulos muito escuros, de onde partem, também, dois grandes fochos de luz, um deles incidindo sobre o príncipe e o outro, sobre as embarcações principais, assinaladas ao fundo da cena. No entanto, o registro mais importante relaciona-se à fisionomia do príncipe, representado, de maneira geral, com o rosto sem expressividade marcante. Neste caso, é digno de nota o olhar de esguelha e o sorriso esboçado, ligeiramente maroto, que emprestam à face do príncipe um ar sagaz e irônico. (Ver Fig. 3) Ainda que a alegoria constitua-se, de forma metafórica, para expressar um pensamento sob a forma figurada, neste caso, reforçando esta intenção, e explicitando seu objetivo específico, abaixo do dese-



Fig. 3 – MARQUES, I.A. Dom João Príncipe Regente de Portugal. [S.l., 18-?]. 1 desenho: nanquim e aguada, 49x60cm. Título atribuído na ficha catalográfica: Alegoria à vinda de Dom João. Ret. E:III/arc.30. BN.

<sup>13</sup> BARTOLOZZI, Francesco, artista italiano, que viveu na Inglaterra quase 40 anos e, em 1802, tornou-se o diretor da Academia Nacional de Lisboa. XAVIER, Luiz Antonio, artista português não referenciado, que reproduz os ideais da pintura cortesã.

<sup>14</sup> Alegoria às virtudes de Dom João VI. *Domingos António de Sequeira* (a. d., 1810). Óleo sobre tela. 151x200cm. Que-luz, PNQ, inv. 1434. Publicado in *D. João VI e seu tempo*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobri-mentos Portugueses. Lisboa, 1999, p. 179, e QUEIRÓS, Gregório Francisco de. *Exegit monumentum aere perennis*. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. E: 1: II.

<sup>15</sup> Ver imagem n. 3. *João Príncipe Regente de Portugal*. Marques, I. A. D. (S. I., 18). Um desenho: nanquim e aguada, 49x60cm. Título atribuído na ficha catalográfica: *Alegoria à vinda de Dom João*. Ret. E: i: III, arc. 30. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.





Fig. 4 – Detalhe do busto de Dom João da imagem anterior

no, escreveu-se *a fortuna de Napoleão tem o limite marcado no momento, em que um Príncipe, se decide a atravessar o Oceano*<sup>16</sup>.

### **SEGUNDOGÊNITO DESPREPARADO PARA GOVERNAR?!**

Auguste Saint-Hilaire, botânico francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, considerava Dom João VI despreparado para governar. De acordo com este observador, ao contrário do seu irmão, que recebera educação excelente, ele não parecia destinado ao trono e era profundamente ignorante.

A aludida condição de segundogênito foi apreendida por vários historiadores com a mesma intenção de desqualificá-lo como governante. No entanto, é um exagero supor-se que a educação do príncipe tivesse sido deficiente, uma vez que, na educação dos segundos filhos, reproduzia-se o mesmo modelo previsto para o do futuro rei.

Seu tempo era organizado para a prática de rituais diários, devotos e de cortesia e pela instrução religiosa, que ficava a cargo de seu confessor. Segundo o regimento, os príncipes deveriam conhecer a história dos reis antecessores e, no plano dos estudos,

destacava-se a geometria, por sua importância na organização do raciocínio, e nomeava-se, ainda, o estudo das leis, da geografia da Europa e os de língua francesa, assim como o latim e o italiano<sup>17</sup>.

Dom João teve, inclusive, como professor o matemático Miguel Franzine, de quem seu irmão, Dom José, também foi discípulo. Vários outros mestres destacados dedicaram-se à educação do jovem príncipe, dentre eles, o professor de Letras e Ciências, o afamado franciscano Dom Frei Manuel do Cenáculo; os professores de Música foram o organista João Cordeiro da Silva e o compositor João de Sousa Carvalho, e seu mestre de equitação, o Sargento-Mor Carlos Antônio Ferreira Montes<sup>18</sup>.

É notório que Dom João usufruiu bastante das lições de picaria e de música, pois todas as fontes indicam que gostava muito de cavalgar, sobretudo na sua juventude, e que era grande seu apreço pela música, particularmente a sacra.

Difícil, porém, é mensurar o aproveitamento das lições pelo Príncipe Dom João nas outras disciplinas, mas pode-se afirmar que conhecia o idioma francês, a língua da diplomacia.

De qualquer forma, não se pode imputar à condição de segundogênito as possíveis limitações de Dom João como governante.

Alguns outros autores buscam justificar as dificuldades do rei no exercício do poder, considerando-o tímido, pusilânime, indiferente, ou seja, invocando traços de sua personalidade.

No entanto, vários testemunhos, inclusive contemporâneos ao de Saint Hilaire, encaminham, noutro sentido, seu parecer sobre a capacidade do rei.

John Luccock, comerciante inglês, radicado no Brasil entre os anos de 1808 a 1819, e considerado um dos melhores observadores do período joanino afirmou:

*(...) o Príncipe Regente tem sido várias vezes acusado de apatia; a mim, pareceu-me ele possuir maior sensibilidade e energia de caráter*

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI*. Círculo de Leitores e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 37 e 38.

<sup>18</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. "D. João VI", in *D. João VI e seu Tempo*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa, 1999, p. 29 e 30.

*do que em geral tanto amigos como adversários costumam atribuir-lhe. Achava-se colocado dentro de circunstâncias novas e próprias para pô-lo à prova, curvando-se ante elas com paciência; se incitado, agia com vigor e presteza*<sup>19</sup>.

Reforçando o seu argumento, lembrava que *a firmeza com que ele recusou ficar na Baía, contrariamente aos desejos de alguns dos seus cortesãos, não deve ser esquecida*<sup>20</sup>.

Além disso, Oliveira Lima, que reuniu, em sua obra, muitos depoimentos de diplomatas referentes às competências de Dom João, concluiu pela ausência de opiniões negativas sobre o rei. Afirma que nunca encontrou nos despachos, mesmo nos reservados ou confidenciais, de embaixadores, ministros ou encarregados de negócios de estrangeiros para o seu governo, referências menos elogiosas a Dom João VI. Acrescenta que nenhum tentou de qualquer forma ridicularizá-lo, enquanto os portugueses tentaram transformá-lo em um tipo burlesco<sup>21</sup>.

O mesmo autor discute se a imagem positiva de Dom João não seria o resultado da deferência diplomática para com a realeza. Responde à sua própria questão com o material que reuniu e as comparações que estabeleceu, concluindo em outra direção, reafirmando que *traços de sua finura eram abundantes nas correspondências inéditas de várias legações. Exemplo eloquente é a resposta de Dom João ao questionamento do Encarregado de Negócios da França, Maler, sobre a expedição ao Rio da Prata, visando à ocupação da Banda Oriental, irônica e maliciosamente, teria comentado: Os franceses falaram e escreveram muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: trata-se sempre de um lado, do Reno e do outro, dos Alpes; ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata*<sup>22</sup>?

Aprofundando a crítica dos depoimentos e reforçando sua interpretação, Oliveira Lima compara os depoimentos de Maler com o do Duque de Luxemburgo. O primeiro era muito afeiçoado ao rei, dele tendo recebido inúmeras provas de atenção e de benevolência, e não se furtaria, portanto, a exaltá-lo. Já o segundo refere-se também ao rei com o mesmo respeito e elogio<sup>23</sup>, embora não tivesse qualquer razão para fazê-lo, pois censurara o governo pela falta de planos concretos depois da administração de Linhares.

O autor afirma, ainda, que Dom João apresentava uma curiosidade legítima de governante e conseguia manter-se bem informado sobre o que ia suceder nos lugares onde a coroa tinha interesses. Não se descuidava das suas responsabilidades, nem nas situações mais extremas e absurdas, e *no tratar das coisas públicas animava-se e tomava um calor que não se compadece com a sua reputação corrente de indiferença*<sup>24</sup>.

Outro aspecto considerável foi a maneira com que fez prevalecer sua autoridade sobre seus colaboradores diretos: *Cada um dos ministros governava por si e o rei governava a todos*<sup>25</sup>, o que bem condizia com seu perfil de monarca absoluto. No entanto, impunha sua vontade com um jeito muito seu de levar adiante seus projetos, sem hostilizar seus conselheiros, quase sempre enciumados e divididos, permitindo-lhe governar mais facilmente.

Assim, conclui-se que a ação governativa de Dom João no Brasil, que pode, sem dúvida alguma, ser considerada positiva no seu conjunto, deve-se, em boa parte, ao seu poder e à sua adesão pessoal aos projetos inovadores de ministros destacáveis, como o Conde de Linhares, o Conde da Barca e o Conde dos Arcos. Quanto ao seu absolutismo, soube dosá-lo com afabilidade e temperança, ficando

<sup>19</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 64.

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.73.

<sup>22</sup> Ibidem, p.73.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem, p.74.

<sup>25</sup> Ibidem p. 125.

gravado na memória brasileira como o *bom príncipe que governa os corações*<sup>26</sup>.

### **AÇÃO GOVERNATIVA DE DOM JOÃO** **Aspectos socioeconômicos e político-administrativos**

Dom João não pode ser considerado apenas um monarca bem-intencionado, levando-se em conta o impacto de sua obra reformadora sobre as antigas estruturas coloniais vigentes no Brasil.

Sua repercussão na Europa pode ser ilustrada, por exemplo, pelas instruções ao Duque de Luxemburgo, ao ser despachado para o Brasil, como embaixador do Rei Luís XVIII. No documento, mencionava-se a importância da política granjeada pela antiga colônia, atribuindo-se ao Governo do Rio de Janeiro desígnios manifestos de levar a seção ultramarina da monarquia a ocupar, na América Meridional, o lugar que os Estados Unidos ocupavam na do Norte.

O ato inaugural de Dom João VI no Brasil constituiu-se na abertura dos portos às Nações Amigas. Desde o final do século XVIII, as autoridades coloniais produziram numerosos registros denunciando o contrabando, envolvendo ingleses, franceses, entre outros, de tal forma que o Ministro da Marinha, Martinho de Melo e Castro, em 1785, recomendou a redução dos direitos alfandegários com vistas a diminuir aquele comércio ilegal<sup>27</sup>.

Além disso, os portos portugueses encontravam-se fechados devido à invasão francesa. Assim, muito mais que uma medida liberal, traduzia uma urgência inadiável e necessária.

O fato provocou grande transformação nas condições mercantis da colônia, tornando-se o Rio de Janeiro o grande entreposto brasileiro e do Atlântico. As mais variadas mercadorias circulavam entre Bahia e Montevideu, para o consumo local e mesmo no norte e nos sertões mais remotos, e houve um grande desenvolvimento do comércio, o que, anteriormente, só existia a par de muito contrabando.

A nova sede da Corte tornou-se a praça principal do comércio português com a Índia, a China e as colônias africanas, de onde se faziam as reexportações para Lisboa e outros portos europeus.

Considerando as dificuldades políticas na região do Prata, o próprio comércio para Buenos Aires e Montevideu também se operou, por algum tempo, através do Rio de Janeiro.

A administração joanina dos primeiros anos foi abundante. Praticamente todas as instituições judiciárias, militares e escolares do Reino foram recriadas no Brasil, com as mesmas falhas e vícios. Neste caso, porém, seus efeitos foram benéficos, considerando a situação de limites e carências vivenciados na colônia. Já, no ano de 1808, foi criado no Rio de Janeiro um Arquivo Central com o intuito de reunir e conservar todos os mapas e as cartas, tanto das costas como do interior do Brasil, e, também, de todos os domínios ultramarinos portugueses.

Além de tratar da administração pública, o Príncipe Regente teve que se ocupar com a reorganização militar, uma vez que as forças instaladas na Colônia, como tudo mais, não satisfaziam às necessidades do Reino.

Assim, ainda em maio de 1808, criou o Primeiro Regimento de Cavalaria, valendo-se dos antigos Esquadrões da Guarda dos Vice-Reis. Reproduziu a organização existente em Portugal, com oito companhias em cada regimento.

Ao mesmo tempo, criou a Guarda Real do Príncipe e os Arqueiros da Guarda Real, para seu serviço pessoal e do Paço.

O Corpo da Brigada Real da Marinha foi transformado em Regimento de Artilharia da Marinha, com três batalhões e oito companhias cada um. A Brigada Real de Cavalaria de Milícias foi também transformada em regimento, assim como o Batalhão de Caçadores Henriques. É importante ressaltar que as preocupações do governante real não se limitavam à Corte: em Pernambuco, o número de voluntários reais contava com efetivo de mil homens e

<sup>26</sup> Ver SOUZA, Iara Lis Carvalho, "D. João VI no Rio de Janeiro", in *Anais do Seminário Internacional- D. João VI- Um Rei Aclamado na América*, Rio De Janeiro, Museo Histórico Nacional, 2002, p.51-63.

<sup>27</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois Impérios. A abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 112.



a legião, fundada em São Paulo, em 1775, e que, desde então, sempre combatera ao sul, contra os espanhóis, teve seus efeitos consideravelmente aumentados e várias unidades organizadas por especificidades táticas: infantaria, cavalaria, artilharia a cavalo e caçadores.

Em várias outras províncias, fizeram-se sentir, também, os efeitos dos esforços joaninos: em Minas Gerais, procedeu-se à organização das divisões e, na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Ceará, em Goiás, Mariana e Ouro Preto, registrou-se a criação de tropas de pedestres, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias, além da fundação do Regimento dos Guaranis, integrado por índios das missões. Destaque especial foi a vinda, para o Brasil, de uma divisão portuguesa, conhecida como a Divisão Auxiliadora, composta de um efetivo de mais de 4.800 homens.

Finalmente, é importante acentuar que o príncipe regente não se preocupou, apenas, com a reorganização das tropas, mas procurou, também, criar escolas militares e arsenais. Assim, datam deste período a instituição da Real Academia Militar e a inauguração de novas oficinas de armas, na Fortaleza de Santa Cruz, e a instalação de várias fábricas de espingardas, na província de Minas Gerais.

Os processos judiciais adquiriram maior presteza, o correio estendeu-se a todas as capitanias; estabeleceu-se o telégrafo aéreo na costa; iniciaram-se os seguros contra o fogo e contra naufrágios. Além disso, alargou-se a alfândega e facilitaram-se os movimentos das embarcações e o pagamento dos direitos aduaneiros.

Também é, no tempo de Dom João, que aparece o principal estabelecimento de crédito brasileiro: o Banco do Brasil. O governo dispensou-lhe todo gênero de favores, garantindo os Depósitos dos Órfãos, das Ordens Terceiras e das Irmandades. A Fazenda Real, a partir de 1812, favorecia-o com impostos criados sob seges, lojas, armazéns, oficinas e navios, pelo período de dez anos. Apesar das dificuldades, o banco chegou a inspirar grande confiança, inclusive a estrangeiros radicados no Brasil.

Quando a Família Real regressou a Portugal, o Banco havia sido posto a saque.

Pouco antes de embarcar, o rei ordenou que os desembolsos do Banco, nas suas transações com os cofres públicos, fossem considerados como dívidas nacionais, declarando responsáveis para com essas dívidas a renda do Reino do Brasil.

No plano das atividades comerciais, após a abertura dos portos, o ato mais importante e pleno de consequências do Governo de Dom João no Brasil foi o Tratado de 1810. Apesar de pretender-se um acordo propondo reciprocidade e mútua conveniência, o resultado final marcou, no plano internacional, a dependência portuguesa em relação à Inglaterra de forma inequívoca. Além disso, prejudicou os interesses mercantis portugueses de tal forma que foi necessária uma revisão para que os direitos sobre as mercadorias portuguesas, inicialmente de 16%, pudessem ser equiparados às inglesas, taxadas em 15%!

Pensando apenas no Brasil, os efeitos foram, de certa forma, benéficos, porque concorreram para a diminuição do custo de vida, ampliaram o comércio local, atacadista e varejista. Além disso, no que diz respeito à cláusula X do Tratado de Paz e Amizade, de 1810, pelo qual o Governo português se comprometia a abolir gradualmente o trabalho escravo, limitando, de imediato, o tráfico para as colônias portuguesas, que sempre foi uma questão contornada por Dom João.

Para o Governo português, a escravidão representava uma instituição imprescindível e, no conjunto de seus aspectos econômicos, destacava-se o financeiro, uma vez que o negro constituía-se em matéria a tributar, sendo responsável por ingressos consideráveis para a coroa.

A questão abolicionista era sempre discutida por Dom João VI de forma acalorada e são expressivos os pronunciamentos de época, inclusive de diplomatas, que reproduzem a irritação do rei em relação às pressões inglesas. O Cônsul Maler, representante da França, por exemplo, manifestou, mais de uma vez, a impressão que o príncipe regente lhe causava: *desenvolvendo com força e abundância todas as razões e motivos que o prendiam a tal comércio, o qual representava e considerava como indispensável à*

*prosperidade das suas colônias e mormente a deste vasto continente*<sup>28</sup>.

A diplomacia portuguesa foi particularmente competente e logrou adiar a questão por mais de dez anos, a despeito das pressões inglesas, e, quando Dom João VI, regressou a Portugal, a disputa não estava resolvida, o que era um sinal de vitória.

O argumento recorrente para justificar a permanência do tráfico era a falta de mão de obra para atender às necessidades da lavoura. Assim, o governo iniciou os primeiros esforços para uma imigração europeia subsidiada, registrando-se a instalação de uma colônia suíça na região serrana do Rio de Janeiro e a regulamentação da catequese e do trabalho indígena.

Merece destaque especial a nova dinâmica interna, que se estabelece entre o Rio de Janeiro e as diferentes regiões, depois da instalação da Corte naquela cidade. As relações comerciais e as comunicações ampliaram-se consideravelmente. Em outro plano, representantes de todas as capitanias compareciam às grandes efemérides da Corte e prestavam suas homenagens ao rei, participando das cerimônias do beija-mão ou enviando presentes.

Considerando o progresso das capitanias de São Paulo e Minas, as estradas que as ligavam à Corte eram bastante frequentadas, e nelas cruzavam-se, a miúdo, as caravanas e o Correio do Rei. Encontravam-se desbravadas e tinham suas zonas marginais consideravelmente habitadas.

No Rio de Janeiro, foi criada a Polícia da Corte, garantindo não apenas a ordem pública, mas, sobretudo, as modificações e as posturas que se faziam necessárias à adequação daquele espaço para sediar a Corte.

A cidade do Rio Grande era o mercado e a praça de guerra do Brasil meridional, sendo sua condição militar superior à da capital, e a imigração portuguesa, naquela região, aumentava espontânea e gradualmente.

A capitania de Minas Gerais, por causa da crescente improdutividade das minas de ouro, estava em transição para uma fase agrícola, pastoril e embrionariamente industrial.

Um dos esforços mais tenazes de Dom João VI no sentido de desbravar a terra brasileira ia justamente localizar-se nesta região, buscando, com empenho, abrir comunicações do mar para Minas Gerais.

Da mesma forma, empenhou-se na criação de um sistema de comunicações pelo interior do Brasil, para o melhor aproveitamento da rede fluvial, beneficiando as capitanias mais interiorizadas de Mato Grosso e Goiás.

Sob o Governo do Conde dos Arcos, durante o reinado de Dom João VI, a Bahia se desenvolveu muito, tendo os recursos da própria capitania propiciado obras de utilidade e benefício públicos.

Pernambuco usufruía de grande prestígio econômico, sendo, por excelência, a terra do açúcar e do algodão. Recife era um porto privilegiado de comércios triangulares, envolvendo a Índia e a África portuguesas e os Estados Unidos.

No Maranhão, a expansão da agricultura consolidara-se através do sucesso do comércio do algodão e do arroz.

Se a transmigração da Corte e a abertura dos portos às nações amigas e ao comércio possibilitaram um aumento considerável da população, também foram responsáveis pelo crescimento da participação dos estrangeiros neste conjunto.

Ultrapassado o exclusivo colonial, que restringia as relações comerciais da colônia unicamente com a metrópole e delimitava o fluxo migratório aos portugueses, uma série de medidas é posta em prática, permitindo, inclusive, a concessão de terras a estrangeiros<sup>29</sup>. Além de viajantes, estudiosos e exploradores, são numerosos os casos de estrangeiros que possuíam terras e que as cultivaram.

Quanto à elevação do Brasil à condição de Reino, registra-se a tendência, sobretudo de autores brasileiros, de encará-la como um uma consequência natural, esvaziando possíveis conteúdos e estratégias políticas. Oliveira Lima afirma que:

*(...) a elevação do Brasil a reino, além de ser uma afirmação solene da sua integridade territorial, foi a*

<sup>28</sup> LIMA, Oliveira, op. cit., p. 271.

<sup>29</sup> Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Manuscritos. I – 9, 11, 15.

*derivação lógica e a consequência necessária de um estado de coisas criado por circunstâncias fortuitas, mas não menos imperiosas. Em primeiro lugar era impossível esquecer que o Brasil foi a tábua de salvação da dinastia portuguesa, a âncora da monarquia batida pelas tempestades (...)*<sup>30</sup>.

Outros motivos, porém, podem ser arrolados, particularmente o desejo do próprio rei e de seus conselheiros mais diretos de se livrarem do incômodo de ter a Corte sediada numa colônia.

No que diz respeito à política externa, a diplomacia e a neutralidade foram instrumentos poderosos utilizados por Portugal em alguns conflitos, vividos pela coroa portuguesa no que diz respeito às questões internacionais. No entanto, no Brasil, na anexação da Banda Oriental e na invasão de Caiena, o Governo português valeu-se de uma política aparentemente imperialista.

Portugal, ao intervir no Prata, alegava uma questão meramente de defesa e preservação das fronteiras do Brasil, exercendo um papel de mediador na zona conflituosa. Declarava, abertamente, a sua intenção de que terminassem os movimentos anárquicos na fronteira, que envolviam os rebeldes argentinos e uruguaios, e de que a capitania do Rio Grande não fosse contagiada pela revolução. Além destas intenções, pretendia-se restabelecer as fronteiras naturais ao sul, garantir a integridade do Império e enfraquecer o domínio espanhol na região.

O episódio da Cisplatina tornou-se uma eloquente demonstração da resistência de Dom João às ambições individuais de sua mulher, a Princesa espanhola Carlota Joaquina. Na realidade, havia um certo temor quanto ao perigo de uma reação liberal da América espanhola contra o absolutismo da América portuguesa.

Num primeiro momento, a tomada de Caiena satisfazia o orgulho português, pro-

piciando uma vingança pela invasão das tropas napoleônicas a Portugal.

Com o tempo, a invasão da colônia francesa definiu-se mais pelas estratégias diplomáticas e defensivas do que por uma política expansionista, pois se anulava a ameaça de um núcleo francês no continente, que, fortalecido, poderia facilmente atacar os despreparados estabelecimentos portugueses na América do Sul. Além disso, o que o Governo português queria era ter o que restituir na paz geral, que se sucederia após as guerras napoleônicas e poder, em troca, obter o reconhecimento dos limites tradicionais ao Norte do Brasil.

O Governo português teve seu relativo êxito, já que a corte do Rio obteve um ponto importantíssimo como concessão, que foi a estipulação da entrega, apenas, até o Oiapoque, considerado o limite setentrional dos domínios portugueses na América.

### **AÇÃO GOVERNATIVA DE DOM JOÃO Promoção Cultural e Científica**

Vários autores portugueses acentuam que Dom João, com exceção da música, não manifestou grande interesse pelas artes e que sua Corte, quando ele era regente rei, jamais se mostrou um centro de cultura como tantos outros do seu tempo<sup>31</sup>.

Na verdade, tais afirmações não levam em conta a complexa conjuntura em que Dom João assumiu a regência, em 1792. Além disso, nos anos imediatamente anteriores, sofrera, no plano pessoal, muitos problemas e perdas, que atingiram fortemente seu espírito sensível: a morte de seu pai em 1787, seguida pela de seu irmão em 1788, tendo ele próprio adoecido gravemente no ano de 1789. Sobreviria depois à demência da rainha, seguida da constatação pública de sua incapacidade para conduzir os negócios do Reino e a necessidade de substituí-la no governo.

No plano internacional, a Campanha do Rossilhão<sup>32</sup>, que marcou o início das pres-

<sup>30</sup> LIMA, Oliveira. op. cit., p. 341.

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI*. Círculo de Leitores e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 29 e 30.

<sup>32</sup> Expressão pela qual é conhecida a participação de Portugal no conflito em que se aliou à Espanha contra a França, entre 1793 e 1795.

sões criadas pela situação europeia junto ao Governo português, praticamente coincide com o início da atuação de Dom João como regente. Em 1799, o príncipe, que respondera pela regência até então, em nome de sua mãe, passou a exercê-la em seu próprio nome e conviveria com o difícil jogo diplomático para manter a neutralidade. Esgotadas todas as manobras, sofreria as pressões diretas da França, objetivando o rompimento da aliança anglo-lusitana e, finalmente, a complexa decisão da vinda da Corte para o Brasil. Enfim, uma situação que não favorecia a promoção das artes.

Já no Brasil, encontrando a nova sede da Corte absolutamente carente de equipamentos culturais, iria promovê-los e animá-los durante sua estada, envolvendo-se diretamente em muitas dessas iniciativas.

Ainda que alguns autores afirmem que as anotações pessoais de Dom João *não pareçam indiciar uma relação fácil e frequente com a escrita*, ou que se furtava ao convívio dos homens intelectualmente mais destacados do seu tempo<sup>33</sup>, no Brasil, o seu governo foi marcado por incentivo ao desenvolvimento do ensino e à promoção das ciências e das artes.

Aí conviveram, inclusive na condição de colaboradores diretos, o Conde de Linhares e o Conde da Barca, intelectuais que iriam, nas suas gestões ministeriais, contemplar um plano de ensino científico, literário e artístico, compatível com as exigências decorrentes da instalação da sede da Monarquia no Rio de Janeiro. Era imperioso o aparelhamento da cidade, a fim de dotá-la, entre outras coisas, de instituições para a defesa sanitária e militar, assim como de equipamentos culturais necessários à capital do Império português.

José da Silva Lisboa, ex-professor de Direito da Universidade de Coimbra, estudioso

da economia e da política e autor de várias memórias, ocupou, também, vários cargos na administração joanina no Brasil.

Assim, pode-se concluir que, se o convívio íntimo do rei não era partilhado com os sábios e os eruditos, o Governo de Dom João, porém, contou com colaboradores, por ele escolhidos, que se destacavam por sua qualificação intelectual.

Neste contexto, foram criadas sucessivamente várias instituições e as primeiras escolas de ensino superior. Tal iniciativa reveste-se de grande importância, pois equipamentos sociais deste tipo inexistiam na América portuguesa, ao contrário da América espanhola, onde já havia universidades desde o século XVII. Em 1808, foram criadas a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e a Academia Militar, tal como a Biblioteca Nacional, em 1810.

De igual relevância, foi a instalação da Imprensa Régia, uma vez que qualquer iniciativa neste sentido tinha sido até então impedida pela metrópole. Criada em 1808, além de imprimir a legislação produzida, fabricar *livros em branco* para escrituração, encadernar impressos e *prover todas as obras pertencentes ao ofício de livreiro*<sup>34</sup>, também editava livros. Assim, foi responsável pelo pioneirismo nas edições brasileiras e particularmente pela publicação de obras a serem utilizadas nas escolas recém-criadas.

Entre os inúmeros exemplos, destaca-se a publicação, em 1810, de um tratado de inflamação, feridas e úlceras, dedicado ao príncipe regente<sup>35</sup>, e, seguidamente, nos anos de 1814 e 1815, foram impressos manuais de matérias médicas, consideravelmente volumosos para a época, 243 e 293 páginas, respectivamente<sup>36</sup>, *feitos por ordem de Sua Alteza Real*<sup>37</sup>.

<sup>33</sup> PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, op. cit., p. 38.

<sup>34</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro 1808-1822*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 177.

<sup>35</sup> MAZAREM, Joaquim da Rocha. *Tratado de inflamação, feridas e úlceras extrahido da Nosographia cirúrgica de Anthelmo Richerand (...)* oferecido ao príncipe regente nosso senhor. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras – 37, 0, 12.

<sup>36</sup> BONTEMPO, José Maria. *Compêndios de matéria médica feitos por ordem de Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Régia Off. Typographica, 1814. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras - 76, 2, 33, e BONTEMPO, José Maria. *Compêndios de matéria médica feitos por ordem de Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Régia Off. Typographica, 1815. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras - 38, 0, 12.

<sup>37</sup> A expressão *Por Ordem de Sua Alteza Real* ou *Por Ordem de Sua Majestade* significava não apenas a chancela da coroa à obra que se editava, mas também que sua publicação não implicou gastos para o seu autor.

No caso do ensino médico, a importância das aulas práticas mereceu, também, a atenção do príncipe, mesmo nos seus dias de repouso, na Fazenda de Santa Cruz. Daí foi expedido o aviso, de 24 de novembro de 1814, enviado ao Conde de Funchal, pelo Marquês de Aguiar, que afirmava a determinação do príncipe regente para que se remetesse à Corte os *gêneros que se fazem necessários para o ensino das aulas médico-cirúrgicas desta mesma Corte*<sup>38</sup>. E enumerava, entre os itens solicitados, peças de gesso reproduzindo ossos e uma boneca de camurça.

A Academia Real Militar, que tinha também o objetivo de ensinar engenharia civil e mineração, mereceria atenções especiais. Publicou-se, por ordem real, em 1811, um compêndio de álgebra, traduzido do francês, e, no ano seguinte, outro de geometria descritiva, adaptado às artes, além de um de mecânica, que tratava de estática, dinâmica, hidrostática e hidrodinâmica, todos destinados aos alunos daquela instituição<sup>39</sup>.

O Real Horto, igualmente, tem sua origem mais remota em 1808, através do decreto que determinava a posse, pela coroa, do engenho e das terras denominadas da Lagoa Rodrigo de Freitas. No mesmo ano, o príncipe regente criava um cargo de feitor para a Fazenda da Lagoa e, no ano seguinte, plantou a primeira palmeira conhecida como imperial ou "palma mater". Através de um alvará, Dom João criou, em 1810, o cargo de *Diretor das Culturas das Plantas Exóticas dos Jardins e Quintas Reais* e estabeleceu um Jardim Botânico com a mesma finalidade.

No cenário das artes plásticas, destaca-se a expressividade do legado dos artistas franceses à cultura brasileira. Dom João só teria dado o aceite oficial depois da chegada do grupo liderado pelo ex-secretário da classe de

Belas-Artes do Instituto de França, Joachim Lebreton, quando Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, Ministro de Estado, defendeu o projeto da criação de uma Academia, nos moldes da instituição francesa<sup>40</sup>.

O grupo era integrado por pintores, destacando-se J.B. Debret, pintor de história e autor do mais expressivo conjunto iconográfico do período, escultor, arquiteto e gravador, além de professor de mecânica, e artesãos especializados, ferreiros, serralheiros, curtidores e carpinteiros, com o objetivo de desenvolverem as indústrias.

Esse último item era particularmente importante, uma vez que o projeto do Conde da Barca não era o de criar apenas uma escola de artes, mas também de ofícios. No entanto, sua morte, deixando vago o lugar de promotor e mecenas, e a conjuntura pouco favorável criada pela Revolução Pernambucana de 1817 e pela Revolução Liberal do Porto, em 1820, além do alto custo dos festejos do casamento do príncipe herdeiro e da coroação do rei, adiaram a inauguração da Academia, o que só se concretizaria no reinado de Pedro I.

A questão do grupo francês serve para demonstrar o empenho de Dom João em manter, na sede de sua Corte brasileira, profissionais que permitissem a elevação do nível cultural e artístico do Rio de Janeiro.

Para um monarca que, segundo alguns autores, não apresentava *relação fácil e frequente com a escrita*<sup>41</sup>, a atuação de Dom João relativamente à sua Biblioteca e a seu Gabinete é surpreendente.

O terremoto de Lisboa e o incêndio, que se seguiu, destruíram a parte mais importante da Real Biblioteca, que se encontrava no Paço da Ribeira, centro da capital do Reino. A coroa portuguesa empreendeu grande

<sup>38</sup> Aviso 225, de 24 de novembro de 1814. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Manuscritos 29, 17, 14, n. 9.

<sup>39</sup> LACROIX, Silvestre François. *Elementos d'Algebra por Mr. La Croix*, traduzidos em português, por ordem de sua Alteza Real o Príncipe Regente (...) para uso dos alunos da Real Academia Militar desta Corte. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras – 42, 1 bis, 7; SOUSA, José Vitorino dos Santos e. *Elementos de geometria descriptiva; com applicações às artes: extrahidos das obras de Monge*, de ordem de sua alteza real o Principe Regente N. S. para uzo dos alumnos da Real Academia Militar. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras – 00069 (1) e o Tratado Elementar de Mecânica, de FRANCOEUR – para uso dos alunos da Real Academia Militar – e traduzido por PEREIRA, José Saturnino da Costa, citado em *A Gazeta do Rio de Janeiro*. SILVA, Maria Beatriz Nizza da.

<sup>40</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz, *O sol do Brasil: Nicolas- Antoine Taunay e as Desventuras dos Artistas franceses na Corte de D. João*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p.13-17.

<sup>41</sup> PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, op. cit., p. 38.



esforço para suprir tal perda, procedendo a várias aquisições, feitas em diversos centros europeus e em Portugal, acolhendo, também, muitas doações. Este processo teria continuidade com Dom João.

No Brasil, desde 1810, uma autorização real permitia que os livros fossem postos à disposição dos leitores, mediante certas determinações de caráter administrativo e, a partir de 1814, a consulta foi aberta ao público.

No entanto, a mais expressiva atuação de Dom João foi a aquisição de coleções para ampliar o acervo da Real Biblioteca, enquanto permaneceu no Brasil. Em 1811, após a morte do grande botânico Frei José Mariano da Conceição Vellozo, sua coleção de livros manuscritos, estampas, desenhos e chapa de cobre foram incorporados à Real Biblioteca, por ordem régia de 1814.

O Conde da Barca, falecido em 1817, teve sua coleção leiloadada por seu herdeiro. Conhecedor de tal fato, o rei ordenou e propôs os meios para que fosse adquirida a livraria de seu antigo ministro, integrando mais de seis mil volumes ao acervo da Biblioteca Real e no ano de 1818, Dom João autorizou a aquisição do acervo de José da Costa e Silva, para ser incorporada à Real Biblioteca.

O Gabinete Real contava com a presença assídua do soberano e, segundo um depoente de época, Dona Maria Teresa, filha mais velha e dileta de Dom João, passava mais tempo com o pai, a quem ajudava nos trabalhos de gabinete<sup>42</sup>.

Estima-se que as referências e os depoimentos do bibliotecário real devam merecer um exame crítico. Sua insistência em realçar os contatos praticamente diários que mantinha com Dom João podem ocultar uma intenção de se mostrar bem-sucedido e prestigiado junto aos familiares que permaneceram em Portugal.

No entanto, existe uma série de outras evidências que comprova muitas de suas afirmações, particularmente no que diz respeito ao interesse do rei pelo seu gabinete.

Exemplo expressivo é o cuidado que transparece com os arranjos da documentação do seu Real Gabinete, hoje em parte no Arquivo Nacional, exibindo muitas peças anotadas pessoalmente pelo Rei.

Ana Canas Delgado Martins, em seu exaustivo estudo sobre o arranjo e as conturbadas idas e vindas da documentação portuguesa no período joanino, referindo-se aos documentos do gabinete de Dom João, afirma que muitos documentos

*(...) tem uma espécie de sumários acrescentados pelo punho de D. João VI e usados para recuperar informação desses documentos. Referem o assunto cruzando-o com o destinatário e ou o remetente, por vezes datas e tipos de documentos: 'trata dos negócios de Lisboa em 26 de janeiro de 1821'. 'Papel do Barão do Rio Seco sobre os bilhetes da alfândega (...)'*<sup>43</sup>.

## UM REI COM MEDO DE TEMPESTADES!

Autores contemporâneos ressaltam em suas análises sobre a personalidade de Dom João, príncipe e rei, o seu caráter timorato, receoso, tímido, sendo recorrente a referência ao seu medo de tempestades<sup>44</sup>.

Deveria ser uma questão de pouco interesse histórico discutir se Dom João tinha, ou não, medo de tempestade, mas, visto que esse tema se tornou um ponto de considerável repercussão, muito explorado pela mídia, pode ser particularmente interessante o exame de registros sobre os fenômenos da natureza em textos do período joanino.

Na sua crônica dos acontecimentos da Bahia, o Irmão José da Silva Barros narra que, em 24 de janeiro de 1812, por ocasião de um pomposo *Te Deum* em ação de graças pela chegada do príncipe àquela cidade, houve estrondosa trovada seguida por raios que destruíram boa parte da igreja e mataram pessoas na freguesia (...) *enfim castigo nunca visto nesta Cidade* (...)<sup>45</sup>.

<sup>42</sup> Citado por GARCIA, Rodolfo, in MARROCOS, op. cit., p. 19.

<sup>43</sup> *Governança e Arquivos: D João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais, 2007, p. 228.

<sup>44</sup> Ver GOMES, Laurentino. 1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

<sup>45</sup> *Chronica dos acontecimentos da Bahia – 1809-1828* – por BARROS, Irmão José da Silva, in *Anaes do Arquivo Publico da Bahia*, vol. XXVI, p. 55.

O relato é emblemático, pois atribui uma origem divina ao fenômeno natural, considerando-o um castigo de Deus. Além disso, assinala seu caráter extensivo uma vez que a Igreja foi atingida, assim como as casas dos habitantes da freguesia, pessoas simples e poderosos dignitários.

Marrocos, o bibliotecário real, que escrevia para o pai "cronicando" sobre a vida na Corte, comentou várias vezes sobre fenômenos da natureza e, particularmente, sobre as tempestades que afirmava serem *m.to frequentes e fáceis em cair na terra...*<sup>46</sup>.

No ano de 1818, em uma de suas cartas, descreveu os efeitos de uma *trovoada terrível*. Um raio atingira o *Palácio do Visconde de Villanova da Rainha*, provocando *grandes estragos na sua farta e prenhe copa*, assim como, no *Oratório*. Na oportunidade, comemorava-se o aniversário da *Viscondessa de Magé* e o ocorrido molestu muita gente, perturbando a alegria do ambiente<sup>47</sup>.

É importante observar que, depois de muitos anos no Brasil, onde, segundo o missionista, no mês de abril, eram comuns as tempestades, era grande a impressão que as mesmas ainda lhe causavam, ou seja, é algo com que o bibliotecário não se acostumava. Além disso, considerando que Marrocos não compareceu à festa, os detalhes que fornece demonstram que o assunto era recorrente nas conversas e revelam os temores que a natureza indomável provocava em boa parte da população.

São numerosas e expressivas as descrições, as anotações ou os simples registros sobre tempestades nos relatos de viajantes, comerciantes e, sobretudo, dos naturalistas, que estiveram no país à época de Dom João.

L. F. de Tollenare, francês natural de Nantes, viajou para Pernambuco, em 1816, a fim de negociar com algodão, permanecendo no país para viajar e escrever suas notas dominicais. Em suas andanças, muitas vezes o mau tempo o surpreendia e, do susto, persistia a forte adjetivação no relato: (...) *O mar rugia*

*horrendamente, trovões retumbavam em estrondos ininterruptos sobre nossas cabeças. Relâmpagos e mais relâmpagos iluminavam o temível e belo espetáculo*<sup>48</sup>.

O comerciante inglês John Luccock narra a mesma impressão contraditória que lhe causou a tempestade, que o atingiu quando viajava em direção aos portos do recôncavo da Guanabara: (...) *raras vezes assisti, mesmo na zona tórrida, a espetáculo ao mesmo tempo tão belo e tão medonho*<sup>49</sup>.

Essas descrições, destacadas entre muitas, sem dúvida, sinalizam o quanto a natureza tropical causava simultaneamente fascínio e pavor nos europeus recém-chegados. Frente a tal cenário, por que exigir de S.A.R. comportamento diferente?

Quanto a Dom João, é importante ressaltar que ainda não se resgataram, da biografia do rei, várias circunstâncias que explicariam o medo que demonstrava pelas tempestades. Dentre elas, a primeira seria o impacto causado pelas lembranças do terremoto de Lisboa, ocorrido em 1º de novembro de 1755, 12 anos antes do seu nascimento.

Após o terremoto, a cidade viu-se envolvida por um incêndio que durou sete dias. Ruíram em torno de dez mil casas e inúmeros palácios. Igrejas, edifícios públicos, como o Teatro da Ópera, arderam nas chamas. Da mesma forma, várias bibliotecas desapareceram, inclusive a Livraria Real, que Dom João V aumentara consideravelmente com livros vindos de toda a Europa, e onde havia grande número de manuscritos originais e cópias.

Apesar do número de mortos ser calculado em cinco mil, Lisboa perdeu 12% de sua população, pois, além dos óbitos, muitos abandonaram a cidade, que levou 25 anos para recuperar a quantidade de habitantes que apresentava à época do terremoto e o mesmo tempo para sua reconstrução<sup>50</sup>.

Foi neste cenário de edificação de uma Lisboa moderna, sobre os escombros das trágicas memórias, que o Infante João foi criado e se desenvolveu, ouvindo histórias dramáti-

<sup>46</sup> MARROCOS, op. cit., p. 110.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 323.

<sup>48</sup> TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador-Bahia: Livraria Progresso Editora, 1956, p. 65.

<sup>49</sup> LUCCOCK. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 223.

<sup>50</sup> MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, 1994, vol. 4, p. 63.

cas de um passado tão próximo e tão inscrito no seu entorno.

Acrescente-se a isso, o peso da formação religiosa que lhe foi imposta sob a autoridade de uma mãe e rainha, insanamente devota, e teremos um quadro que naturaliza o medo de Dom João em relação às manifestações inclementes da natureza, consideradas à época como castigo divino.

## **A VIDA ANIMADA NO RIO DE JANEIRO**

Em Portugal, após a descoberta da conspiração envolvendo nobres e a princesa do Brasil, Dom João abandonou Queluz instalando-se em Mafra, no início do ano de 1806, transformando o palácio-convento, praticamente, em sua residência oficial, até o momento da sua partida para o Brasil.

No Rio de Janeiro, Dom João não levaria uma vida isolada da Corte, conforme se impusera em Lisboa. A natureza, o clima e a curiosidade pela nova terra deram-lhe o entusiasmo necessário para circular regularmente entre o Paço da cidade e o Palácio de São Cristóvão. Além disso, passava pequenas temporadas na Real Fazenda de Santa Cruz, nas Ilhas de Paquetá e do Governador e em São Domingos, na Praia Grande, como era conhecida a atual cidade de Niterói.

A Real Fazenda de Santa Cruz, antiga propriedade dos jesuítas, distante aproximadamente 11 a 12 léguas<sup>51</sup> da Corte, tornou-se ponto de visita e parada de todos os viajantes que passaram pela região e registro obrigatório para os que escreveram suas memórias.

O prédio principal, antiga propriedade do colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro, tornou-se residência campestre da Família Real. Segundo vários depoimentos, uma parte do mobiliário, como, por exemplo, a cama do rei, era transportada da Corte e retornava com o fim da temporada. Enquanto os príncipes lá permaneciam, uma nau guardava a costa ancorada na proximidade<sup>52</sup>. As altezas des-

frutavam de um clima mais suave durante o verão e dedicavam-se à caça, esporte muito estimado pelo príncipe e por seus filhos, sendo a Coutada Real<sup>53</sup> de Santa Cruz vedada para estranhos.

Da fazenda, Dom João costumava ir para a Ilha do Governador, onde também havia um campo de caça. Nesta ilha, não consta que houvesse palácio particular e o príncipe hospedava-se na casa do Visconde do Rio Seco, a mais nobre residência da localidade, e *contados anos ele se entretinha na caça ou armava-se barraca para pousar algumas horas entretido ou assentado abaixo de alguma árvore, a espera que pousasse para ali alguma caça para ele atirar nela*<sup>54</sup>.

Além desta ilha, o rei também usufruía de uma residência de verão em Paquetá e circulava por outras ilhas da Baía de Guanabara, por ocasião das festividades religiosas.

Praia Grande também foi um local visitado mais de uma vez por Dom João, sendo muito referida sua estada em São Domingos, após o falecimento de Dona Maria.

As temporadas frequentes do rei em diferentes localidades da cidade e seus arredores justificavam-se pela constância das epidemias, que assolavam a cidade a cada verão.

## **O RETORNO DE DOM JOÃO**

Dom João despediu-se da vida movimentada que levava no Novo Mundo no ano de 1821, quando regressou a Portugal. As pressões para seu retorno se sucederam desde a expulsão dos franceses de Portugal.

Em carta datada de 3 de abril de 1812, o bibliotecário real, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, afirmava a seu pai que *A respeito de se transportar a Real Família para Lisboa nada há aqui que faça desconfiar disso; antes pelo jeito, q. vendo em tudo, parece-me q. se firma mais o Estabellimento da Corte e Estado neste lindo Paiz*<sup>55</sup>.

As pressões se acentuam após a pacificação da Europa e, no ano do Congresso de

<sup>51</sup> Cada légua equivale a 6.600m.

<sup>52</sup> POHL, Emanuel J., op. cit., p. 56, e MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1939, p. 63.

<sup>53</sup> A Coutada Real era o equivalente a um campo de caça.

<sup>54</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. "Notas sobre Ângelo Rondon, vida de Dom João VI na Fazenda de Santa Cruz e Ilha do Governador (...) e assuntos diversos". Manuscrito, Biblioteca Nacional, Coleção Casa Real Portuguesa, II-30, 24, 100.

<sup>55</sup> MARROCOS, op. cit., p. 73.

Viena, outra missiva do bibliotecário revela o desencontro das expectativas sobre o retorno do regente:

*Dizes que ahi se está preparando o Palacio da Ajuda, p.a a Família Real, quando p.a ahi for. Também te digo que aqui se está preparando o Palacio de S. Christovão, e augmentando-se com mais de metade, p.a nelle vir assistir p.a o futuro em tempo de verão toda a Família Real; e acabado elle, vai a fazer-se o mesmo trabalho de augmento no Palacio de Sta Cruz, distante daqui 14 legoas, p. toda a Família Real vir a accomodar-se alli nas suas jornadas annuaes de Fevereiro, Julho e Novembro<sup>56</sup>.*

A ampliação do Palácio de São Cristóvão foi captada em fase avançada, por artistas estrangeiros<sup>57</sup>, evidenciando a construção de um novo módulo anexo ao corpo principal. Investimento de porte que permite uma leitura indicativa do desejo de permanência no Brasil.

Em 1815, a nau inglesa que deveria levar Dom João de volta a Lisboa, parte levando

apenas Lord Strangford e o Vice-Almirante Beresford.

A *Alegoria do Regresso de D. João*, datada de 1816, é emblemática da expectativa que girava em torno do regresso do rei a Portugal. Trata-se de um quadro a óleo de proporções monumentais, de 3,40m x 4,24m, belíssimo exemplar da arte cortesã, repleto de elementos metafóricos<sup>58</sup>. (Ver Fig. 5)

No primeiro plano, à esquerda, destaca-se Netuno, o deus dos mares, de braços estendidos na direção de Dom João, pronto para tomá-lo, em uma representação da travessia do oceano que faria o rei para chegar a Lisboa. A Torre de Belém, ao fundo, símbolo da antiga sede da Corte, aparece pousada sobre as águas calmas, incrustada em um horizonte brilhante, que se desprende, afastando as nuvens mais escuras. Ainda à esquerda, no plano posterior ao Netuno, está o navio que levaria Dom João de retorno e, no mesmo lado, acima, tremula a bandeira com os emblemas do Reino português. Do lado direito, aparecem várias figuras mitológicas alusivas às virtudes do príncipe e um conselheiro e uma dama apontando na mesma direção. O real personagem aparece no lado direito, ao alto, representado em um busto sobre um pedestal, cercado pelas virtudes. Da mesma forma, no centro da tela, retrata-se Dom João personificado como um alto e esbelto cavaleiro, em armadura de ferro, coberta por insígnias e condecorações. A riqueza, o colorido e os detalhes dos elementos, que compõem o quadro, realçam a figura de Dom João, eloquentemente relacionada ao mito do regresso sebastianista.

Após 13 anos sediando a Corte, os fluminenses viram no retorno de Dom João a Portugal uma ameaça à prosperidade, ao prestígio político que alcançaram, sobretudo, após a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. O regresso ao Reino mobilizou os interesses e a opinião pública.



Fig. 5 – Alegoria do regresso de Dom João VI do Brasil. Máximo Paulino dos Reis. 1816. Óleo sobre tela. 340x424cm. Mafra, PNM, invº 1540. Publicados in Dom João VI e seu tempo/ Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa. Gráfica Maia Douro, 1999. p.29.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 222.

<sup>57</sup> Ver, por exemplo, o desenho de REDMAN, Henderson, in SHOOSMITH, C. *Palace of St. Christovão*. C. Shoosmith from a sketch by Jas. Henderson. Redman (1818). Uma grav.: litograv., aquarelada; 18x21,5 cm. Em *passé-partout* 24x28,7cm. Compra de *Connoisseur*. Parte da obra de HENDERSON, James. *A history of the Brazil...*, p. 62 (ARM. 20.3.13). E: g: l.

<sup>58</sup> Alegoria do regresso de Dom João VI do Brasil. Máximo Paulino dos Reis.,1816. Óleo sobre tela. 340x424 cm. Mafra, PNM, invº 1540. Publicados in *D. João VI e seu tempo*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa: Gráfica Maia Douro, 1999, p. 29.

Além do intenso debate político, revelado em folhetos impressos desde 1820, que defendem a permanência do rei no Rio de Janeiro, cartas anônimas lhe são enviadas, assim como uma série de representações, mostrando-lhe os inconvenientes do seu regresso ao Reino<sup>59</sup>. Neste sentido, é exemplar a Representação da Corporação dos Ourives e Mercadorias de Metais e Pedras Preciosas e a do Corpo do Comércio da Corte, que reproduziam o mesmo tom.

Os comerciantes eram incisivos na declaração de que Portugal pouco valia e pouco podia por si só, e, para reforçar a permanência da sede da Monarquia no Rio de Janeiro, advertiam que a partida do rei provocaria guerras e a independência<sup>60</sup>.

Na *Representação dos Habitantes do Rio de Janeiro a D. João VI* pedindo sua permanência no Brasil<sup>61</sup>, datada de 1821, aparecem como signatários figuras proeminentes que se destacavam por sua erudição dentre um grande número de sacerdotes, professores régios, advogados, militares, comerciantes e cirurgiões. Nela defendiam a ideia do Brasil como sede do Império português e comparavam as obras realizadas na Corte do Brasil com a fundação, na Rússia, da nova capital Petersburg, que substituíra a velha Moscou. Argumentavam, sobretudo, que, para a manutenção dos três reinos, o trono não precisava estar na Europa.

Nesta representação, a palavra *amor* aparece três vezes. Na abertura do documento, os signatários se declaram *cheios de amor*. Adiante, afirmam que suas representações são *filhas do mesmo amor*. No final, reforçam sua demanda, dizendo ser um pedido *com amor*. Ainda que a retórica utilizada fosse aquela de súplica, nos moldes do antigo regime, nenhum termo familiar ao vocabulário deste estilo – louvor, respeito, submissão, etc.,

aparece tantas vezes quanto a palavra amor!<sup>62</sup>

A resposta de Dom João veio através do decreto em que o rei comunica aos súditos seu retorno a Portugal, documento em que revela todo o seu pesar:

*(...) exige a escrupulosa religiosidade com que Me cumpre preencher ainda os mais árduos deveres, que Me impõe o prestado Juramento, que Eu faça ao Bem Geral de todos os Meus Povos hum dos mais custosos sacrificios de que he capaz o Meu Paternal e Régio Coração, Separando- Me pela segunda vez de Vassallos, cuja memória ame será sempre saudoza, e cuja prosperidade jamais cessará de ser em qualquer parte hum dos mais assíduos Cuidados do Meu Paternal Governo.*

*Cumpria pois que cedendo ao dever, que Me impôz a PROVIDENCIA, de tudo sacrificar pela felicidade da Nação, Eu resolvesse, como Tenho Resolvido, transferir de Novo a Minha Corte para a Cidade de Lisboa, antiga Sede e berço original da Monarquia (...)* (grifos meus)<sup>63</sup>.

Na despedida aos brasileiros, o rei relembra a dor de ter deixado seus vassallos em Portugal. Neste caso, porém, a permanência do príncipe herdeiro, Dom Pedro, impede o sentimento de orfandade e abandono.

De qualquer maneira, Dom João VI marcou de forma indelével a história luso-brasileira, fato que repercute até o presente, através de uma historiografia, que insiste em julgar o rei, desprezando as transformações contínuas, que a disciplina experimentou ao longo do século XX. Sem vitimizar, nem

<sup>59</sup> Carta anônima dirigida a Dom João VI, mostrando-lhe os inconvenientes do seu regresso ao Reino. S. l. s.d. Original, Carta anônima e sem data, Col. Aug. de Lima I - 33, 29, 19; Proposta autografada sobre o regresso da corte para Portugal e providências convenientes para prevenir a Revolução e tomar a iniciativa na reforma política. Pelo Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira. Biblioteca Nacional, I - 31, 21, 13.

<sup>60</sup> Representações dirigidas a Dom João VI, pedindo a sua permanência no Brasil, pela Câmara Municipal da Corte, Negociantes Proprietários, Corporação dos Ourives e Habitantes do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, março/1821, Manuscritos II - 34, 30, 61. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

<sup>62</sup> Ver SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "A fundação de uma Europa possível". Anais do Seminário Internacional *D. João VI. Um Rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, pp. 9-17.

<sup>63</sup> Código: I, 29, 19, 66. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



heroicizar, a biografia como gênero contemporâneo reconhece o homem no seu tempo à luz do contexto histórico-social e procura compreender a trajetória individual nas teias das relações em que ela se realiza.

Nesse ato final, reencontramos o ponto de partida: não cabe ao historiador condenar ou reabilitar, mas decidida e particularmente no caso de Dom João VI, muito menos lastimar!